
VIVÊNCIAS TERRITORIAIS E CLASSIFICAÇÕES URBANAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE UM PROJETO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO SUL DO BRASIL

TERRITORIAL EXPERIENCES AND URBAN CLASSIFICATIONS: A CASE STUDY OF A PROJECT TO FIGHT GENDER VIOLENCE IN SOUTHERN BRAZIL

EXPERIENCIAS TERRITORIALES Y CLASIFICACIONES URBANAS: ESTUDIO DE CASO SOBRE UN PROYECTO DE LUCHA CONTRA LA VIOLENCIA DE GÉNERO EN EL SUR DE BRASIL

Lívio Silva de Oliveira¹

DOI: 10.5935/2358-3541.2023110605-pt

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a classificação territorial por meio da implementação de projetos sociais de enfrentamento à violência em bairros periféricos. A unidade de análise será o desenvolvimento do projeto Mulheres da Paz, no bairro Guajuviras, quadrante nordeste, localizado na cidade de Canoas (região metropolitana de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul), inserido no contexto do PRONASCI por meio da implementação do Território da Paz. O referido projeto tinha como objetivo principal a formação de lideranças femininas locais para articular uma rede de enfrentamento à violência local, incluindo jovens em situação de vulnerabilidade social, e de gênero, a partir do paradigma de segurança cidadã. A tarefa de formação dessas lideranças ficava a cargo das equipes técnicas que cumpriam o papel de “agentes de uma nova mentalidade de segurança pública”. Nesse sentido, este artigo faz uma reflexão sobre como territórios que possuem segmentos populacionais heterogêneos que convivem e compartilham o mesmo espaço e as mesmas vivências, considerando as questões de gênero e de classe, a partir do conceito de urbanismo securitário.

Palavras-Chave: Território; Urbanismo Securitário; Violência; Liderança.

¹ Docente na Universidade Federal de Pelotas. Pesquisador de Pós-doutorado do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro (Edital FAPERJ nº 17/2022 – Pós-doutorado nota 10). Doutor e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Abstract

This paper aims to analyze the territorial classification through the implementation of social projects to confront violence in peripheral neighborhoods. The unit of analysis will be the development of the *Mulheres da Paz* project (women of peace), in the Guajuviras neighborhood, northeast quadrant, located in the city of Canoas (metropolitan region of Porto Alegre, capital of Rio Grande do Sul state), inserted in the context of PRONASCI through the implementation of the *Território da Paz* (Territory of Peace). The *Mulheres da Paz* project had as main objective the formation of local female leaders to articulate a network to prevent local violence, including young people in situations of social vulnerability and gender dimensions, from the citizen security paradigm. The task of training these potential leaders oversaw the technical staff that fulfilled the role of "agents of a new mentality of public security". In this sense, this article proposes a critical reflection about how territories that have heterogeneous population segments that coexist and share the same spaces and the same experiences, considering gender and class issues, based on the concept of security urbanism.

Keywords: Territory; Security Urbanism; Violence; Leadership.

Resumen

El objetivo de este estudio es analizar la clasificación territorial a través de la implementación de proyectos sociales de lucha contra la violencia en barrios periféricos. La unidad de análisis será el desarrollo del proyecto *Mulheres da Paz* en el barrio Guajuviras, cuadrante nordeste, localizado en la ciudad de Canoas (región metropolitana de Porto Alegre, capital de Rio Grande do Sul), insertado en el contexto del PRONASCI a través de la implementación del Territorio de Paz. El objetivo principal de este proyecto fue capacitar a mujeres líderes locales para organizar una red de combate a la violencia local, incluyendo a jóvenes en situación de vulnerabilidad social y de género, a partir del paradigma de la seguridad ciudadana. La tarea de formar a estas líderes quedó a cargo de los equipos técnicos, quienes cumplieron el rol de "agentes de una nueva mentalidad de seguridad ciudadana". En este sentido, este artículo reflexiona sobre cómo los territorios que tienen segmentos heterogéneos de población que conviven y comparten el mismo espacio y experiencias, considerando las cuestiones de género y clase, basado en el concepto de urbanismo de seguridad.

Palabras Clave: Territorio; Urbanismo de seguridad; Violencia; Liderazgo.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência pode ser identificado em escala mundial, sendo entendida como problema em todas as sociedades contemporâneas. Essa preocupação com a violência tem sido foco de ações por parte de governos e Estados, tendo como recorte temporal a década de 1970 por demarcar uma mudança de perfil nas modalidades delitivas, tanto patrimonial como contra a pessoa. Observamos na América Latina o cenário mais dramático a partir do referido período. A combinação de crises econômicas cíclicas, que afetaram emprego e renda da parcela assalariada das suas populações; de regimes ditatoriais autoritários e da explosão demográfica nas grandes cidades dessa região do planeta apontou para a desigualdade social, pobreza e aumento da criminalidade. A partir da década de 1980, a violência urbana virou tema principal da agenda política institucional dos países latino-americanos, incluindo o Brasil.

O crescimento urbano desordenado das grandes cidades da América Latina indicou seu segmento territorial material e socialmente desigual. Além disso, concomitante ao aumento demográfico de suas metrópoles, as administrações observaram o crescimento das taxas de homicídios e dos registros de tráfico de drogas, crimes que figuram de forma conexa o imaginário de violência urbana. Enquanto é verificada uma queda nos registros de homicídio no planeta, a América Latina, juntamente com o Caribe, apresenta um aumento, sendo a região que concentra o maior percentual de ocorrências desse delito, 33%, observando que apenas quatro países concentram 25% desses registros: Brasil, Colômbia, México e Venezuela (CANO & ROJIDO, 2017, p. 7). Apesar desses números, a violência homicida se apresenta de forma heterogênea de país para país e mesmo em regiões internas de países, sendo as áreas metropolitanas latino-americanas foram identificadas como as mais complexas sobre o estudo da violência urbana.

O homicídio e o narcotráfico entendidos como conexos foram eleitos como delitos que traduzem a violência urbana, sendo o foco do enfrentamento à criminalidade por parte dos administradores públicos de cidades da América Latina. Nesse sentido, a noção de território é preponderante para compreender o fenômeno da violência urbana e as ações de segurança pública implementadas para o enfrentamento. A partir da década de 1990 a disputa entre o modelo reativo e o

modelo preventivo de segurança pública demarcou o cerne da questão da violência nas ações institucionais, sendo as localidades consideradas mais violentas alvo da implementação de programas de segurança. Além dos índices de ocorrências criminais, foi verificada a situação de vulnerabilidade social e de marginalização das populações que habitam esses territórios. Entretanto, observamos que, em termos sociológicos, a conexão direta entre pobreza e violência é falha, podendo criminalizar coletivamente populações marginalizadas a priori.

O fenômeno da violência é identificado nas mais diferentes camadas sociais e em dimensões variadas. Nesse sentido, uma das contribuições para compreender este fenômeno social é o conceito de violência difusa, do sociólogo brasileiro José Vicente Tavares dos Santos (2009). O aumento das taxas de homicídios e de delitos patrimoniais intensificou a sensação de insegurança, podendo produzir um medo social difuso, segundo Tavares dos Santos. A partir desta premissa, a violência difusa é o demarcador de relações sociais e formas de sociabilidade na contemporaneidade, como comportamentos defensivos, porém, pontua o sociólogo, essa sensação de insegurança generalizada também indica quem são os tipos sociais mais vulneráveis às violências. Portanto, é possível identificar o viés da desigualdade no processo de construção do perfil das vítimas da violência difusa nas dimensões políticas, racial, social, de gênero, entre outras.

Aqui faremos foco na dimensão do gênero referente ao conceito de violência difusa. A literatura sobre os estudos de gênero se encontra consolidada, observando o seu desenvolvimento inter e multidisciplinar na construção de um sujeito histórico. Assim, a análise da dimensão do gênero na violência difusa transpassa os aspectos legais, sociais e simbólicos. Nesse sentido, as políticas de segurança pública com caráter territorial ganham um outro prisma de análise, por indicar os tipos de relações e interações sociais devido a segmentação espacial das cidades e as representações sociais sobre a violência. Essa dinâmica aponta para um tipo idealizado de público- alvo dessas políticas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres.

Portanto, o objetivo do presente artigo é analisar como a implementação de um projeto contra a violência pode categorizar tanto os territórios como os sujeitos históricos de marginalização, nesse caso, pela questão de gênero. Para essa

análise, a unidade selecionada foi o projeto Mulheres da Paz, do bairro Guajuviras, localizado no município de Canoas, região metropolitana de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, sul do Brasil. Essa escolha se deveu ao fato do projeto Território de Paz da referida localidade ter sido considerado bem-sucedido pelo Ministério da Justiça, responsável por sua estruturação. O foco da pesquisa foram as dinâmicas de trabalho da equipe técnica do referido projeto no processo de ampliação territorial de suas ações. O recorte temporal do presente trabalho é o ano de 2013, período da transição do projeto, no qual realizei o trabalho de campo.

A seguir, o artigo estará dividido em três seções entre a introdução e a conclusão. A primeira, será uma breve contextualização das políticas de segurança pública no Brasil que apresentam um caráter territorial e como essas ações articulam as intervenções urbanas e os atravessamentos de gênero no espaço público. Posteriormente, faremos uma apresentação e uma análise do Mulheres da Paz do Guajuviras do período referido, para identificar os conflitos e os dilemas cotidianos enfrentados pela equipe técnica. Por fim, faremos uma articulação teórica com os dados dessas ações a partir do conceito de urbanismo securitário.

TERRITÓRIO E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO DE FORMAÇÃO URBANA

Ao observarmos as ações de segurança pública no Brasil para enfrentamento à violência urbana, o caráter territorial foi verificado. O conceito de território traz consigo a noção espacial na qual se desenvolvem relações de poder que podem ser simétricas e/ou assimétricas. Esse conceito não é só uma categoria geográfica, é também uma categoria sociológica no sentido que compreende o determinado espaço de interação humana. Portanto, o território pode ser entendido como a distinção espacial da variação dessas relações no que se refere à identidade, à memória e a outras interações de ordem afetiva ou de ordem racional.

Milton Santos ressalta a importância da noção de território para a análise das interações sociais. Segundo Santos, não é o território em si que deve ser analisado, mas o uso que fazem dele, defendendo a constante revisão histórica dessa noção pelas transformações estruturantes da sociedade contemporânea, em especial no

contexto de Globalização (SANTOS, 2000, 2005). O geógrafo defende uma dialética do território, na qual o resultado pode ser a aceleração da alienação do homem e do solo, o que teria impacto nas relações de trabalho, moradia e de cidadania. Dessa forma, Santos salienta a violência estrutural das relações de poder que podem definir o espaço e dar sentido aos territórios, o que pode acarretar um cenário mais intensificado na América Latina pela explosão demográfica desordenada verificada nas grandes cidades da região.

Foi verificada desde a década de 1990 um aumento de ações de segurança pública de caráter territorial no Brasil. A partir dos anos 2000, a estruturação, formulação e implementação de programas locais com viés preventivo desde o paradigma de segurança cidadã foram verificadas de maneira mais abrangente em cidades e nos estados brasileiros. O mais conhecido desses programas brasileiros foram as Unidades de Polícia Pacificadora, implementadas na cidade do Rio de Janeiro. Essas ações tinham como foco o enfrentamento os crimes de ordem patrimonial e a violência letal, de um modo geral. Outro ponto que pode ser observado é que esses programas de segurança pública são ações de governo e não políticas permanentes de Estado, o que os tornavam vulneráveis a mudanças político-eleitorais, mesmo programas desse tipo fossem identificados nos governos de aspectos ideológicos antagônicos.

A articulação entre os conceitos de território e de violência difusa é interessante para compreendermos a construção da “clientela” dos programas de segurança pública no Brasil. Como afirma Tavares dos Santos, apesar de haver uma sensação de insegurança e um sentimento de medo difundidos de forma generalizada na sociedade, determinados sujeitos estão mais vulneráveis à violência difusa, em diversas dimensões. Esses programas foram implementados em áreas periféricas ou regiões marginalizadas das cidades brasileiras, consideradas pobres e violentas, o que indica o recorte de classe, denotando as dimensões simbólicas e materiais da configuração dos espaços urbanos.

A partir dessa articulação conceitual, podemos analisar quais os sujeitos são transformados em “clientela” dos programas de segurança cidadã. Em primeiro lugar, o público-alvo preferencial desses programas de prevenção ao crime são os homens jovens dessas áreas, com um recorte racial definido (pardos/pretos), para

evitar o seu recrutamento pelos grupos de narcotraficantes e por este perfil ter sido verificado como o mais recorrente nos casos de vitimização letal no Brasil. Posteriormente, a mulher como vítima de violências no âmbito doméstico, seja nas dimensões físicas, morais, sexuais, de maneira sobrepostas, denotando uma violência de gênero. Ou seja, podemos dizer que os homens jovens são as vítimas mais visíveis da violência difusa, por essas ocorrências acontecerem no espaço público, enquanto as mulheres seriam as vítimas invisibilizadas pela violência perpetrada contra elas serem reproduzidas no âmbito privado, o que não anula a possibilidade de ocorrências de violência contra as mulheres e/ou LGBTQIA+ em espaços públicos.

Em 2007, o governo federal do Brasil desenvolveu seu programa de enfrentamento à violência. O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) tinha como objetivo implementar o seu projeto de prevenção a violência urbana, os chamados Territórios de Paz, na totalidade das unidades federativas. Os Territórios da Paz seriam o projeto guarda-chuva que abrigariam outros projetos que constituiriam uma rede de enfrentamento à violência, a partir da integração entre União, Estados e Municípios. Dessa forma, o PRONASCI lançou suas premissas a partir da difusão de uma cultura de paz para prevenção de crimes em determinadas localidades consideradas violentas, nas quais os territórios de paz foram implementados.

Desde aqui, vamos focar na questão de gênero inseridas no PRONASCI. Destarte, salientamos que um conjunto de medidas jurídicas e políticas nortearam a formulação desses projetos de enfrentamento à violência contra a mulher, sendo a mais importante, naquele momento, a promulgação da Lei n 11.340 de 2006, que ficou conhecida como Lei Maria da Penha, que formalizou as penalidades contra agressores em âmbito doméstico. Além disso, as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) também figuram como um dos avanços institucionais como mecanismos de enfrentamento à violência de gênero. A simbologia dos projetos de enfrentamento à violência de gênero também configura a dimensão da emancipação social e política. Esse recorte ficou latente quando o então presidente do Brasil, Luiz Ignácio Lula da Silva, vai pessoalmente para o lançamento do projeto Mulheres da Paz, em 2007, no complexo do Alemão, considerada uma das mais

violentas do Rio de Janeiro. No entanto, outros aspectos são variáveis determinantes para a legitimação desse tipo de projeto.

No estado do Rio Grande do Sul, alguns estudos sobre gênero podem contribuir na nossa análise. A socióloga Paola Stuker (2016) realizou estudos sobre as renúncias criminais das mulheres que sofreram violência doméstica por parte de seus agressores, apresentando componentes de aspectos morais, culturais, afetivos e econômicos que podem ser motivações para essa atitude para além da vitimização, a partir do acompanhamento das dinâmicas das denúncias da lei Maria da Penha nas delegacias especializadas. A criminalista Elisa Celmer (2018) analisou em sua tese de doutorado as idas e vindas da representação e da denúncia caluniosa nas instâncias judiciais dos casos Maria da Penha. Por fim, a contribuição sociológica de Suelen Aires Gonçalves (2022) nos apresenta um cenário mais complexo da vitimização letal das mulheres do referido estado, problematizando as variáveis de raça e classe, observando que a mulher negra está mais vulnerável à violência letal, complexificando o conceito de “feminicídio”, o qual a pesquisadora tem foco em suas pesquisas sociológicas.

Como preâmbulo, considero também os apontamentos da cientista social Anelise Gregis Estivalet (2020) sobre as experiências urbanas a partir da perspectiva de gênero são interessantes como forma de introdução de nossa análise. Estivalet aborda as ambivalências da vida urbana para as mulheres, como espaço de conflito entre a transformação de papéis sociais historicamente construídos e a cultura tradicional política. Nesse sentido, ela aponta as dissonâncias interpretativas entre a “clientela” de projetos sociais governamentais para bairros populares e os gestores desses projetos, que pode acarretar estratégias e mecanismos informais e formais de atuação e de apropriação das premissas dos projetos por parte dos “clientes”, principalmente na esfera política. Sobre as mulheres de bairros populares, Estivalet indica os “lugares de encontro”, onde se criam laços de solidariedade que instrumentalizam suas reivindicações no âmbito comunitário (ESTIVALET, 2020, p. 74). Nesse sentido, que abordaremos as dinâmicas cotidianas da equipe técnica do mulheres da paz: o lugar do encontro.

DO GUAJUVIRAS AO QUADRANTE NORDESTE: OS DESAFIOS DO MUNICÍPIO NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA ATRAVÉS DOS AGENTES DOS PROJETOS SOCIAIS

O Território de Paz do bairro Guajuviras, no município de Canoas, foi considerado o modelo pelos gestores do PRONASCI. Essa aprovação se deve ao investimento em capacitação da Guarda Municipal e em tecnologia dos seus aparelhos através da prefeitura, ao trabalho integrado entre comunidade e polícias (Brigada Militar e Polícia Civil), e projetos sociais de inclusão do bairro citado. No período de dois anos de implantação (2009-2011), Guajuviras apresentou uma significativa alteração de seus índices de criminalidade.

Esse dado estatístico é sintomático para análise quando se verifica que no mesmo ano o bairro possuía a taxa de 20% do total de homicídios em Canoas (AZEVEDO et al, 2013, p, 286). Outro ponto a se destacar em Guajuviras é a participação civil nas formulações de políticas públicas de segurança através de projetos sociais. Destacam-se os projetos que têm como objetivo a prevenção de crimes e de violências contra a mulher e contra o jovem. Nesse sentido, as dinâmicas desses novos atores de segurança pública demandam um olhar sociológico para compreender a construção social de seu trabalho e seus objetivos.

A composição da equipe técnica do MDP era formada por quatro profissionais bem semelhantes: coordenadora-geral, psicóloga, assistente social e agente social. A equipe era contratada pela Fundação La Salle, parceira da prefeitura de Canoas no TDP e não possuíam uma formação prévia para exercer as suas funções na área de segurança pública ou áreas afins pela parte contratante. Essas formações eram dadas a partir das demandas oriundas do cotidiano da equipe, que comunicava à fundação La Salle e à direção do projeto TDP. Portanto, a seleção dessa equipe e como se desenvolviam suas dinâmicas de trabalho remontava as discontinuidades na área de segurança pública por se caracterizarem como ações de governo, ainda mais ao se considerar o papel constitucional limitado que o município como ator de segurança pública, sendo traduzido pela falta de um quadro profissional permanente na área, já que a equipe técnica foi contratada pelo sistema de terceirização.

A estrutura física onde o projeto funcionava era conhecido como a casa das mulheres, localizada no bairro de Guajuviras, que deveria ser um referencial para a

comunidade. Este ponto já indicava as dissonâncias interpretativas sobre o projeto, salientados pela equipe técnica. Segundo elas, havia uma confusão das pessoas que entendiam que a estrutura física e o projeto eram uma coisa só. No entanto, o MDP era um curso de formação de lideranças com duração de 18 meses. O objetivo do MDP era formar lideranças locais para promoção de uma cultura de paz e recrutar os jovens da localidade para o PROTEJO. O objetivo do PROTEJO é tornar o jovem uma referência local para uma cultura de paz, além de afastá-lo da criminalidade. Esses objetivos parecem muito genéricos, principalmente no que se refere ao papel do jovem na sociedade. Por fim, os cursos de formação oferecem uma bolsa para os participantes.

A questão das bolsas aparecia como problema recorrente para a equipe. A situação se aprofundou com a transição do TDP Guajuviras para o estágio de Quadrante Nordeste. As bolsas aparecem com um papel ambivalente de estímulo e de frustração. As turmas de 2/2013 não foram abertas para os moradores do bairro Guajuviras, e sim para os moradores dos bairros do quadrante. Paradoxalmente, a transformação do TDP, projeto que tinha como objetivo a inclusão social, ocasionou um processo de exclusão dos moradores locais com essa configuração. Outras atividades das Casa seguiram abertas e gratuitas ao grande público, mas os conflitos inerentes dessa mudança se apresentaram como dificuldades para a equipe técnica.

Uma delas era o trabalho de conscientizar os participantes de dois fatos: (i) a bolsa não era salário, que seu recebimento seria um estímulo para o morador ser um promotor e multiplicador local da cultura de paz e de direitos humanos; e (ii) os projetos estavam na área da segurança pública com viés cidadão, já que muitos participantes dos cursos entendiam que os cursos eram vias de entrada direta para o mercado de trabalho formal ou até mesmo cargos públicos. Portanto, a equipe técnica esbarrava no não reconhecimento por parte dos moradores do quadrante nordeste como agentes de segurança pública e tal falta de legitimidade social se configurava como obstáculo na dinâmica de trabalho dessa equipe, uma vez que um dos objetivos dos projetos era a mudança de mentalidade das populações locais.

Foram identificadas outras dificuldades nas dinâmicas da equipe técnica dos dois projetos no intuito de estimular a participação civil na área de segurança

pública. No caso do MDP, os conflitos gerados pela transição de Guajuviras para quadrante nordeste eram sociais e geracionais. Com a ampliação do público frequentador da “Casa das Mulheres do Guajuviras” para as moradoras dos bairros vizinhos, o perfil socioeconômico se tornou mais plural, passando de um público majoritariamente mais popular para um perfil classe média. Os conflitos expuseram as distinções externas e internas em relação ao bairro Guajuviras.

As moradoras dos bairros vizinhos concebiam o Guajuviras como algo monolítico, ou seja, entendiam que todo o bairro era violento e pobre. Além disso, segundo as membras da equipe técnica, as moradoras dos bairros vizinhos faziam distinções socioeconômicas, culturais e até civilizatórias entre elas e as moradoras do Guajuviras. Por outro lado, algumas moradoras do bairro produziam distinções entre elas afirmando, por exemplo, que não moravam nas “invasões” o que evidencia a reprodução do estigma social dentro do próprio projeto que tinha como objetivo a inclusão social e a promoção e a afirmação de direitos de cidadania.

Os conflitos geracionais eram relativos à entrada no projeto. A equipe técnica do MDP relatou que, com a entrada de mulheres do quadrante nordeste, construíram-se dois polos opostos: as **veteranas** e as **novatas**. As primeiras temiam a perda de espaço de liderança com a chegada das segundas, sendo um vetor de conflitos dentro do projeto, além das questões da bolsa e da diferença de perfil socioeconômico demarcado pela territorialidade. Conflitos e ataques internos podiam deslegitimar o projeto, desestimulando a participação das mulheres nas atividades propostas pela equipe técnica, tendo em vista que algumas participantes demonstravam não compartilhar os valores do projeto entre si, como observado na reprodução de discursos punitivistas por parte de algumas participantes do Mulheres da Paz.

Portanto, foi trabalhada pela equipe técnica a necessidade das participantes de atuarem no projeto seguindo seus objetivos: enfrentamento à violência contra a mulher e o empoderamento e a emancipação feminina. As demandas coletivas das mulheres, no que se referem às violências e à emancipação, atravessam os aspectos sociais, raciais, econômicos, entre outros. O reconhecimento recíproco entre as mulheres do quadrante nordeste e as mulheres do Guajuviras, ou entre elas próprias, foi um ponto explorado e mobilizado pela equipe técnica como forma de

sensibilização para constituir laços de solidariedade entre as participantes do projeto para o exercício da cidadania e afirmação de direitos. Apesar disso, as integrantes da equipe técnica avaliavam que a distinção permanecia latente na “clientela” do projeto.

A mudança de mentalidade aparecia como problemática em dois aspectos objetivos para a equipe técnica do Mulheres da Paz. O primeiro dizia respeito ao reconhecimento da mulher como vítima, principalmente no que se referia às violências domésticas e sexuais, ou seja, a necessidade de desconstruir a culpabilização da mulher. Dessa forma, as formações esbarravam em construções culturais e morais sobre o comportamento público da vítima e não na ação do perpetrador da violência, no caso das agressões sexuais, e por uma questão de intimidade, quando a violência ocorre no âmbito doméstico. Segundo a equipes técnica, não era raro os seguintes questionamentos **“o que ela fez?”** ou **“onde, quando, e que roupa estava vestindo?”**. Elas salientaram que essas eram perguntas recorrentes às vítimas de violência quando procuravam assistência nos órgãos públicos, reproduzindo um código moral compartilhado pela sociedade que evidenciava a situação de vulnerabilidade da mulher no Brasil.

O ponto mais delicado, nesse sentido, para a equipe técnica do MDP eram os acolhimentos, que consistiam em orientações e acompanhamento de quem procurava esta modalidade. Os acolhimentos eram realizados de maneira reservada. As mulheres que procuravam o serviço eram vítimas de violências nas dimensões simbólicas, físicas, morais e sexuais, além de usuárias de drogas. O acolhimento podia ser extensivo aos familiares das mulheres, como filhos e maridos, por exemplo. Essas violências eram sistemáticas e recorrentes. Algumas das atendidas sofriam violências por anos, reproduzidas cotidianamente, em determinados casos. A falta de reação das vítimas era um ponto crítico para a equipe e que, segundo os membros dessa equipe, era causada por fatores afetivos (permanência de um sentimento de estima pelo agressor), financeiros (dependência material em relação ao agressor) e morais (sentimento de vergonha e de culpa, por exemplo).

As situações relatadas no acolhimento demarcavam uma linha tênue para as equipes do Mulheres da Paz. Situações de violência nas quais as vítimas eram crianças deviam ser relatadas para autoridades do sistema de justiça criminal. Caso

contrário, o agente público que recebesse essa informação e nada fizesse podia ser acusado de omissão. Esse era o trabalho mais complexo da equipe. Convencer uma vítima de violência a denunciar tais agressões é uma tarefa difícil. Muitas vezes, a vítima se achava culpada das situações. Com efeito, havia um paradoxo pela não formalização dessas equipes como agentes de políticas de segurança pública: (i) a cristalização de a segurança pública ser apenas caso de polícia no imaginário social, mas também (ii) a possibilidade de essas equipes terem um número menor de subnotificações de agressões domésticas, obtendo dados mais fidedignos para formulação de políticas públicas e ações preventivas neste sentido, pela sua falta de função jurídica formalizada e estável.

O segundo problema objetivo era os tipos de papeis sociais da mulher na sociedade. A conexão entre MDP e PROTEJO é análoga à relação mãe e filho, o que faz com seja recuperado o nome inicial do Mulheres da Paz, que era “Mães da Paz”. A relação entre os projetos consiste no recrutamento dos jovens das comunidades pelas egressas do curso de formação do MDP. Se por um lado, a dimensão da emancipação do jovem como ator social não foi trabalhada no PROTEJO, a restrição da mulher para esta ação similar à materna também indica quais são os papéis sociais esperados tanto pela mulher como para o jovem, por reforçar a ideia da instituição informal: a família nuclear tradicional.

A crítica não tem como foco a instituição família em si ou a relação entre os dois projetos, uma vez que existiam demandas transversais como mercado de trabalho, sexualidade, aspectos de étnicos e raciais, entre outros; mas pela relação umbilical entre os projetos que parecia limitar o debate de fora para dentro dos projetos por pulverizar demandas próprias de cada grupo, incidindo diretamente no trabalho de engajamento e autonomia dos sujeitos **mulher** e **jovem**. Dessa forma, o processo de reconhecimento como cidadão ativo e transformador da realidade concreta de sua localidade era esvaziado de sentido. Nessa dinâmica, as situações relacionadas à identidade e representação de gênero, por exemplo, seriam secundárias ou apagadas do debate do projeto, como as integrantes da equipe técnica apontaram durante o período de trabalho de campo, observando o perfil religioso e conservador por parte de algumas participantes do curso como uma

variável dialética para a produção de um discurso de coesão e de engajamento plurais para o enfrentamento à violência.

Por fim, as equipes técnicas tinham como obstáculo para o seu reconhecimento como agentes de segurança pública a cultura punitiva da sociedade. O videomonitoramento e o sensor de tiros no Guajuviras deram maior precisão às ações da Brigada Militar e da Guarda Municipal de Canoas, o que ocasionava uma sensação de rapidez e acerto na identificação dos perpetradores de violência para possíveis punições. Dessa forma, tanto nos discursos populares como no discurso oficial, a prisão de suspeitos de agressão parecia ser mais eficaz do que os projetos sociais, o que conotava a preferência social pela cultura punitiva em vez da prevenção. A própria redução do número de ocorrências foi atribuída, em maior escala, ao medo da punição por parte de potenciais perpetradores de violência do que ao trabalho preventivo e de acolhimento que os projetos sociais proporcionavam, incluindo o Mulheres da Paz. Portanto, a conjuntura municipal de Canoas reproduziu a estrutura da segurança pública no Brasil por fatores sociais e institucionais, o que colaborava para o processo de não reconhecimento da equipe técnica do Mulheres da Paz como agentes de segurança pública.

URBANISMO SECURITÁRIO E A RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A partir da experiência do Mulheres da Paz do Guajuviras, utilizaremos o conceito de urbanismo securitário (BOITO et al, 2014. GARNIER, 2015. PEANO, 2017) para compreender os conflitos inerentes ao projeto, considerando o território e a heterogeneidade dos perfis das participantes do curso desde as dimensões de classe e gênero. A premissa do urbanismo securitário é problematizar as noções de vulnerabilidade e urbanismo social para analisar como são produzidos os discursos para categorizar os territórios como áreas seguras e não seguras. A partir desse conceito, citamos o trabalho etnográfico de Maria Eugénia Boito e Alejandra Peano, realizado na cidade argentina de Córdoba, observando a experiência dos programas “Córdoba Más” e “Plan Integral de Seguridad Ciudadana y Prevención del Delito (PISCPD) de la Provincia de Córdoba”. Boito e Peano apresentam a divisão da cidade de Córdoba em quadrantes para a implementação dos programas de

segurança pública, com uma proposta de prevenção ao delito, mas também que classificam as regiões.

Segundo as autoras, o urbanismo securitário é um conceito que está baseado na reflexão de deslocamento de populações para periferia para “recuperação de terrenos”, desde uma estratégia articulada entre mercado e Estado, evidenciando um laço de solidariedade entre urbanismo e segurança. A classificação de territórios como seguros e não seguros é identificada como um componente da ideologia da insegurança (BOITO et al, 2017). Essa classificação tem dimensões objetivas e interpretativas para sua configuração. No aspecto objetivo, o urbanismo securitário é estruturado pelo mapeamento de ocorrências criminais e sistematização de dados para a implementação de ações no campo da segurança pública em determinado território. No aspecto interpretativo, os autores partem do consenso de que o problema de pesquisa é como as demandas legítimas de uma população marginalizada – infraestrutura urbana, segurança, lazer, entre outros – podem ser manuseadas como mecanismo, estratégia e tecnologia de vigilância e controle social desses grupos sociais, o que caracteriza o conceito de urbanismo securitário.

Desde sua definição, o urbanismo securitário parece ser um conceito de difícil aplicação para estudar o caso do Guajuviras. A princípio, o urbanismo securitário se tornaria mais “aplicável” ao programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), no Rio de Janeiro. Como apresentado anteriormente, este foi o programa de segurança pública de caráter territorial mais conhecido nacional e internacionalmente como ação de enfrentamento à violência em áreas consideradas inseguras. As UPP estavam inseridas em um projeto de transformação do Rio de Janeiro em cidade global, tendo a segurança para realizar os jogos olímpicos de 2016 como ponto crucial. A partir deste projeto, os gestores da planificação da cidade apresentaram propostas de intervenção urbanísticas objetivas, o que causou deslocamento populacional de áreas de interesse econômico, social, cultural, tendo a retirada de comportamentos indesejáveis que ocasionavam sensação de insegurança uma variável para requalificação de territórios considerados degradados, mas com potencial de uso por parte dos gestores e com poder de atração para novos usuários desse espaço.

Porém, ao articularmos este conceito com a contribuição de Michel Foucault sobre territorialidade, observaremos a pertinência do urbanismo securitário para analisar os conflitos e a heterogeneidade sociais do Mulheres da Paz. Agregando aos argumentos de Milton Santos sobre a territorialidade e a violência estrutural, Foucault define três tipologias para a conceituação do território como construção do urbano: disciplina, lei e segurança. Assim, a população é administrada por meio da segurança do espaço e da disciplina sobre os corpos (FOUCAULT, 2008, p.15-16). Foucault afirma que a gestão econômica e política de populações demarca o tipo de sujeição em determinado território a partir da lei, da disciplina e da segurança.

A administração de desejos pelo exercício de um número de liberdades também é um dos fatores para a urbanização, entende Foucault. Essas liberdades seriam tecnologias de controle social, especialmente pelo trabalho formal. O território ganha conotações classificadoras para populações que seriam alvo de maior vigilância do Estado pela sua marginalidade, demandando mecanismos de administração de crise e controle social do crime, conectando aos postulados objetivos do urbanismo securitário na produção de informações por meio da sistematização de dados. Porém, observamos que a realidade é construída através da interação concreta entre indivíduos e grupos sociais através de relações assimétricas de poder. A conexão entre os argumentos de Foucault e as premissas do conceito de urbanismo securitário se convergem para a implementação de projetos de segurança pública, pelo manuseio das demandas legítimas das populações marginalizadas a partir da ideologia de insegurança.

O histórico de ocupação do bairro é indicativo para essa administração de desejos e manuseio de demandas legítimas de classes populares por meio da ideologia da insegurança. Guajuviras teve origem na ocupação de conjuntos habitacionais, que foram construídos na década de 1970, realizada no dia 19/04/1987. Essa ação foi a forma de reivindicação do direito à moradia feita por grupos que alegavam ser beneficiários do programa habitacional. Os prédios ainda não possuíam luz elétrica e nem acesso à água no momento da ocupação, tendo a região sido cercada por 600 oficiais da Brigada Militar para uma possível reintegração de posse. No entanto, sobre o cerco policial, apesar da ordem de ninguém poder sair e nem entrar no conjunto, alguns policiais teriam feito vista

grossa por concordarem com a ocupação. Isso demonstra o drama social que constrói a narrativa da “fundação” do bairro Guajuviras e constituem os signos históricos de distinção que catalisaram conflitos entre os próprios moradores do Guajuviras e entre os bairros vizinhos. Porém, também pode ser observado o laço de solidariedade entre os moradores do bairro para uma ação coletiva para a efetivação de um direito.

No sentido do drama social, o caso das mulheres na ocupação é um capítulo que indicou os múltiplos papéis sociais de atuação. As mulheres ficavam mantendo a guarda dos imóveis ocupados durante o dia, enquanto os homens iam trabalhar. Esse relato era mais evidente nas falas das casadas, não sendo possível, a partir dessa versão, afirmar categoricamente se havia mulheres solo como chefes de família que ocuparam, apesar de haver indícios dessa hipótese. A tensão vivida nessas dinâmicas cotidianas também produzia insegurança e medo por caracterizar uma situação de vulnerabilidade à violência das moradoras, tanto física como sexual. No entanto, essas mesmas dinâmicas foram construindo estratégias e mecanismos de autonomia pelas primeiras moradoras do Guajuviras.

A linguagem política foi sendo desenvolvida entre as primeiras moradoras do Guajuviras, uma vez que elas ficavam responsáveis não só pela “guarda da casa”, mas como da parte de negociação com as autoridades. Nesse sentido, a organização coletiva dos atos públicos para reivindicar o direito à moradia da ocupação, com instalação de infraestrutura urbana e acesso à água e à luz, teve lideranças femininas, que conseguiram o reconhecimento por parte do governo do estado do Rio Grande do Sul por meio de uma articulação política institucional. Anos depois, algumas dessas lideranças fizeram parte do curso do Mulheres da Paz e tiveram papel importante na manutenção do projeto pelo seu papel de liderança, instrumentalizando ações de prevenção no Guajuviras.

A política institucional apresentou um papel ambivalente por catalisar expectativas e frustrações, sendo um ponto problemático para a formação de lideranças, segundo a equipe técnica. Uma das integrantes afirma que um dos pontos altos do projeto foi a visita da então presidente Dilma Rousseff, como forma de reconhecimento do êxito do Mulheres da Paz, que coincidiu com o aumento na procura do projeto, incluindo a reformulação de Guajuviras para Quadrante

Nordeste. Porém, essa mesma integrante apontou que a presença de autoridades foi sendo cada vez mais raras, o que foi causando frustração em algumas participantes do curso, principalmente nas que viam no curso uma forma de inserção na política institucional. Posto isso, a construção histórica do bairro Guajuviras como território da violência e do delito remontam outros condicionantes nos quais podemos ampliar o conceito de urbanismo securitário. Em primeiro lugar, a representação da violência é retroalimentada em uma perspectiva de “quebra da lei e da ordem”, pela ocupação que ficou sob vigilância da Brigada Militar, dando contornos de ação criminosa ao processo reivindicatório que foi reconhecido posteriormente. Em segundo lugar, o deslocamento populacional de grupos marginalizados encontrado no Urbanismo Securitário pode ser verificado no Guajuviras de maneira pregressa ao programa de segurança pública e posterior a ocupação, uma vez que a localidade na qual o bairro surgiu fazia parte de um bairro residencial de Canoas: Estância Velha. Com a divisão dos bairros, houve também o processo de distinção e de estigmatização sociais dos moradores do Guajuviras, tanto de forma externa como interna ao bairro, essa última a partir da categorização “morador da invasão”, ou seja, a divisão administrativa possuiu uma dimensão simbólica de classificação dos sujeitos. Dessa forma, o deslocamento do Urbanismo Securitário pode ser compreendido simbolicamente na manutenção de uma população em determinado território, sendo estes dispositivos de segurança a tecnologia empregada para essa finalidade.

Ainda na dimensão simbólica, o Mulheres da Paz também salienta a importância do reconhecimento social das lideranças femininas para a produção de identidades sociais e de subjetividades no território. Apesar desse histórico, a distinção entre as participantes do Mulheres da Paz, relatada pela equipe técnica e observada durante o trabalho de campo, potencializava interações conflituosas que acarretavam situação de desrespeito. Nesse sentido, podemos mobilizar os argumentos de Axel Honneth, que entende essas ações como um ataque à uma determinada identidade pessoal ou coletiva, que vem a afetar as relações de reconhecimento em três esferas: da emotiva, da estima social, e da jurídico moral (HONNETH, 2003, p. 24). Honneth afirma ainda que a estima social é um dos pontos do reconhecimento jurídico, no qual o respeito é caracterizado como

reconhecimento do indivíduo como ser humano e sua estima por essa condição (Idem: 184-5). Nesse contexto, que a mediação da equipe técnica buscava constituir uma demanda comum entre as **veteranas** e as **novatas**, no que tangia à violência de gênero.

A partir da violência de gênero, o urbanismo securitário pode ser aplicado da seguinte forma para analisar o Mulheres da Paz do Guajuviras. O reconhecimento da situação da mulher como vítima de violência doméstica proporcionou a criação de dispositivos de segurança pública próprios a partir de leis específicas já existentes, como o caso da patrulha Maria da Penha, que aciona agentes para o caso de denúncias referentes a agressões. Essa ação segue ativa e se tornou permanente nos procedimentos policiais em todo o Brasil. Observa-se que a efetivação dessas iniciativas teve forte presença das lideranças femininas locais junto com as equipes técnicas dos projetos do bairro Guajuviras, salientando que este programa tinha como proposta a participação civil no processo político decisório. Essa perspectiva pode ter canalizado determinadas ações sociais no campo político institucional.

Outro ponto para analisar foi o papel desempenhado pelas integrantes do projeto, participantes e equipe técnica, para modificação e/ou transformação de espaços públicos no bairro. Essas intervenções urbanísticas estão inseridas no caráter preventivo ao crime do programa Território de Paz e alude ao papel conexo das formandas do “Mulheres da Paz” com o projeto de enfrentamento à violência contra os jovens. A qualificação material do espaço urbano se apresenta como uma das características do urbanismo securitário que é problematizada conceitualmente, indicando a inflexão entre demandas legítimas e o manuseio desses anseios. Apesar do desejo de melhorar a infraestrutura do bairro, as tecnologias de vigilância e de disciplinamento para o controle social no território foram relatadas pelas participantes, em especial pela abordagem de agentes de segurança a jovens nas praças do bairro, em momentos de reunião. No entanto, houve uma ponderação sobre o ordenamento do espaço público, observando que as aglomerações eram potenciais catalisadores de distúrbios, principalmente pelo som alto e a sujeira ocasionada pelos eventos, o que indicou um grau de valoração positiva da disciplina.

Essas situações denotam os conflitos sobre a ambiguidade de classificar o território do Guajuviras. O aspecto cultural também é uma dimensão a ser analisada

nesse manejo de demandas a partir da ideologia da insegurança. Esse aspecto pode ser identificado em situações como as denúncias sobre violência doméstica, apesar do reconhecimento da violência de gênero ser entendido como problema, acarretando uma demanda legítima por proteção. No entanto, essas interações sociais entre indivíduos concretos transitam entre a dimensão objetiva dos dispositivos de segurança, da lei e da disciplina; e a interpretação subjetiva das dinâmicas cotidianas da vizinhança. Ou seja, existe a reivindicação do cumprimento das normas formais e legais contra um perpetrador de violência genérico e/ou abstrato, porém, quando se observa a existência de um indivíduo concreto, conhecido, podem ser verificadas hesitações e ponderações que dão predileção às maneiras informais de resolução das situações de violência doméstica.

As ambivalências de ações formais e informais para a resolução de conflitos sociais por parte das lideranças do Mulheres da Paz também estavam em um contexto de disputas violentas. As funções delas tinham uma dinâmica paradoxal que poderiam colocá-las em situação de vulnerabilidade. Isso porque as lideranças tinham que transitar entre grupos criminosos para recrutar jovens locais para o projeto de enfrentamento à violência contra este público e, ao mesmo tempo, manter um diálogo constante com os agentes de segurança pública para a prevenção e/ou a repressão qualificada do crime. Nesse contexto, a linha entre serem identificadas como informante e serem reconhecidas como lideranças legitimadas – tanto pelos grupos criminosos, como pelos agentes de segurança – era uma das ambiguidades que permeavam as dinâmicas cotidianas do Mulheres da Paz. Essa mediação feita pela equipe técnica apontava os possíveis riscos implicados na ação de multiplicar uma cultura de paz.

A partir do sucesso inicial do Território de Paz do Guajuviras, observamos os limites e potencialidades de um projeto de enfrentamento à violência de gênero em determinado território considerado violento. A memória do Mulheres da Paz demonstra as contradições que desconstroem a representação de homogeneidade populacional de um bairro periférico, evidenciando as disputas e os conflitos para a efetivação dos direitos de cidadania desde a violência de gênero. Esses tensionamentos indicam a luta pelo reconhecimento de sujeitos históricos de marginalização como atores sociais e políticos de uma transformação urbana, nesse

caso, as mulheres do Guajuviras. Nesse sentido, a equipe técnica entrou nessa dinâmica pelo reconhecimento como agentes de uma nova mentalidade de segurança pública, mesmo com as idas e vindas do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto teve como objetivo analisar a experiência do Mulheres da Paz do Guajuviras como projeto de enfrentamento à violência de gênero. O ponto de partida para esta análise foi a noção de território para compreender a segmentação espacial das cidades e suas qualificadoras. O território foi instrumentalizado como categoria multidisciplinar que alude aos usos que são feitos dele, ou seja, suas funções de administrar populações e, com isso, classificar tipos sociais. Esses usos indicaram os tipos de sujeições que grupos sociais estão subordinados em relação ao Estado. No caso do Brasil, as populações marginalizadas se tornaram a clientela preferencial dos programas e projetos de segurança pública de caráter territorial.

Observamos que o território tem uma função de produtor de identidades sociais. Assim, os sujeitos históricos reinterpretam os múltiplos papéis sociais, sendo a violência uma variável dessa dinâmica. A representação e autorrepresentações sociais a partir de suas sujeições são capazes de produzir subjetividades que podem constituir laços de solidariedade e acarretar o reconhecimento recíproco, ou, ao contrário, ocasionar dissociações e construir distinções sociais, simbólicas, entre outras. Portanto, isso indica uma pluralidade para a implementação de projetos de segurança pública de caráter territorial. Essa pluralidade está no cerne da complexificação da violência de gênero e a segmentação territorial das cidades.

O Mulheres da Paz do Guajuviras como unidade de análise expôs as potencialidades e os limites de um projeto de prevenção à violência de gênero, a partir do paradigma de segurança cidadã. Inicialmente bem-sucedido, o projeto passou por reformulações para ampliar sua “clientela” para os bairros vizinhos, o que provocou um efeito contraditório de inclusão-exclusão das participantes do curso. Isso ocasionou conflitos internos do projeto que evidenciaram as distinções e distensões sociais daquele território, aludindo à heterogeneidade local. No entanto, a redução de ocorrências de violências de gênero ou mesmo sua repressão

qualificada pode ser entendida como dados objetivos da atuação dessas lideranças na comunidade.

Sobre a equipe técnica do Mulheres da Paz do Guajuviras observamos que o seu cotidiano era marcado pelo esforço de seu reconhecimento e sua legitimação sociais como agentes de uma nova mentalidade de segurança pública. Os relatos das integrantes continham observações sobre algumas dificuldades no seu trabalho por conta dessa zona cinzenta laboral nas quais a equipe se encontrava. A cultura punitiva persistente socialmente era um dificultador desse reconhecimento e dessa legitimação, além das interpretações e apropriações que as participantes podiam fazer do curso. Apesar de este texto ter focado nas dificuldades, em especial na conflituosa ampliação do projeto, as integrantes das equipes técnicas tinham momentos de descontração com as participantes do curso. Ademais, o papel limitado do município na área de segurança pública no Brasil indicava uma insegurança jurídica para as integrantes da equipe técnica no cumprimento dos seus objetivos, denotando sua precarização laboral.

No que tange à articulação do conceito de urbanismo securitário com o Guajuviras, observamos que a construção histórica da localidade nos serviu para ampliar as utilizações desse conceito. A participação feminina da ocupação que deu origem ao bairro denotou a liderança de mulheres que reconfiguram o espaço urbano de Canoas. Ou seja, podemos afirmar que o Guajuviras só existiu e resistiu pela organização de mulheres que atuaram no campo político e na luta social pela moradia, tendo níveis socialmente dramáticos em relação às várias formas de violência. Também podemos afirmar que a representação de gênero foi instrumentalizada, ainda que de maneira espontânea, para fins de reconhecimento dos papéis múltiplos das mulheres na sociedade. Algumas dessas lideranças históricas fizeram parte do Mulheres da Paz, sendo consideradas pelas integrantes da equipe técnica como referências comunitárias que instrumentalizaram a permanência do projeto.

Os conflitos entre as moradoras do Guajuviras e a dos bairros vizinhos denotaram as dificuldades de mudança de mentalidade para uma cultura de paz. Os estigmas sociais reproduzidos no cotidiano do projeto foram observados como um obstáculo pela equipe técnica. Ainda que houvesse o histórico das lideranças

femininas locais, a representação do Guajuviras como território da violência também recai sobre elas. A mediação da equipe técnica, então, estava inserida em disputas simbólicas e um concurso de moralidades que são compostas por questões geracionais, de classe, de raça, entre outros. Porém, a solidariedade coletiva em relação ao enfrentamento da violência de gênero e o reconhecimento da vitimização da mulher alcançou um grau satisfatório por parte da equipe técnica, ainda que houvesse zonas cinzentas entre ações objetivas e interpretações subjetivas. Nesse sentido, a luta pelo reconhecimento da mulher como vítima de violência de gênero se caracterizava ainda como uma construção em andamento.

Por fim, do estigma à estima, o que a experiência do Mulheres da Paz do Guajuviras nos mostra as várias definições do território para além da segurança pública. As mudanças de administrações acarretaram modificações constantes no projeto desde o fim das minhas idas ao campo, em 2015. Porém, o que não se modifica é a memória das mulheres do Guajuviras e sua luta pelo direito à moradia e, posteriormente, o enfrentamento aos tipos de violência difusa, incluindo a dimensão de gênero. Sem romantismo, mas com respeito a essas trajetórias que transformaram a configuração urbana da cidade de Canoas. Ademais, além de um texto sociológico, observo que o reconhecimento das integrantes das equipes técnicas que, junto com essas lideranças, tiveram um papel relevante na redução de índices criminais, ainda que por um curto período, estando também vulneráveis às violências de gênero. O que depreendemos da análise dessa experiência é a necessidade de uma política de estado permanente para a prevenção da violência de gênero e uma mudança de mentalidade que estruturam as relações sociais, não só na segurança pública.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Rodrigo; RATTON, José Luiz; KERBER, Aline; VASCONCELLOS, Fernanda; SANTOS, Mariana; DAL SANTO, Rafael; OLIVEIRA, Patrícia; ANDRADE, Rayane. As políticas públicas no âmbito municipal: uma análise das cidades de Canoas/RS e Jaboatão dos Guararapes/PE. In: **Pensando a segurança pública**. vol. 3, Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

BOITO, María Eugénia; ESPOZ, Maria Belen Dalmasso; TORRES, Paula. Nuevas Dinámicas Socio-Urbanas en Contextos de Turistificación y Patrimonialización: La Cultura Barrial en Conflicto (Córdoba, Argentina). In: **Entre escalas, procesos y**

formas: Produção y consumo en las ciudades iberoamericanas. Salamanca: Appris, p. 181-195, 2021.

CANO, Ignácio; ROJIDO, Emiliano. **Mapeo de Programas de Prevención de Homicidios en América Latina y el Caribe**. LAV-UERJ e FBSP, 2017. Disponível em:

<https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/mapeamento-de-programas-de-prevencao-%20de-homicidios-na-america-latina-e-caribe-mapeo-de-programas-de-prevencao-de-%20homicidios-en-america-latina-y-el-caribe/> Acesso em: 15 dez 2023

CELMER, Elisa. **Verso e Reverso da Regulação de Conflitos de Gênero em Relações Conjugais**: casos de retratação à representação e denúncia caluniosa na Lei Maria da Penha. Porto Alegre. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

ESTIVALET, Anelise. O cunho renovador da história das mulheres. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, vol. 9, p. 70-78, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Martins Fontes: São Paulo, 2008.

GARNIER, Jean Pierre. Hacia un urbanismo securitario. El mantenimiento del orden en el espacio y a través del espacio. In: **Dossier Estado de Excepción y Control social**. Madrid: FUHEM Ecosocial, p. 19-26, 2015.

GONÇALVES, Suelen Aires. **“Vidas Matáveis”**: feminicídio de mulheres negras e interseccionalidades de gênero, raça e classe. Porto Alegre. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

PEANO, Alejandra; TORRES, Paula. Políticas de Seguridad en la ciudad de Córdoba: policiamiento y participación ciudadana como modalidades de gestión de la conflictividad. In: **Andares y conflictos urbanos**: la pluralidad en el hacer y decir la ciudad. Córdoba: Dirección General de Publicaciones, 2017.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Ano 6 n. 16, p. 251-161, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>> Acesso em 15 dez 2023.

STUKER, Paola. **"Entre a Cruz e a Espada"**: significados da renúncia à representação criminal por mulheres em situação de violência conjugal no contexto da Lei Maria da Penha. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente. **Violências e Conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo, 2009.